



15410922



08027.000703/2021-84



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1811/2021/AFEPAR/MJ

Brasília, 6 de agosto de 2021.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Irajá Silvestre Filho  
Primeiro Secretário  
Senado Federal

**Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RQS) nº 2.079, de 2020, do Senador Humberto Costa**

Referência: **Ofício 401 (SF)**

Senhor Primeiro Secretário,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RQS) nº 2.079, de 2020, do Senador Humberto Costa, para encaminhar a Vossa Excelência informações *"referentes à edição do Decreto nº 10.417 de 7 de julho de 2020, que institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, em substituição à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor"*, nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

**ANDERSON GUSTAVO TORRES**

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 06/08/2021, às 19:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15410922** e o código CRC **A2329B36**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

## ANEXO

### 1. OFÍCIO Nº 1583/2021/GAB-SENACON/SENACON/MJ (15322896).

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000703/2021-84

SEI nº 15410922

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa,  
Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)



15322896



08027.000703/2021-84



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional do Consumidor  
Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor

OFÍCIO Nº 1583/2021/GAB-SENACON/SENACON/MJ

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor

**LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES**

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério da Justiça e Segurança Pública

**Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RQS) nº 2.079**

Senhor Chefe,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício-Circular nº 79/2021/AFEPAR/MJ (15181362), que encaminha para conhecimento o Requerimento de Informação Parlamentar (RQS) nº 2.079, de 2020, encaminho as informações abaixo:
2. É importante destacar que não houve exclusão de membros e composição do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC) segue o disposto no Decreto 10.417/20. O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), instituído pelo Decreto nº 10.417 de 7 de julho de 2020, tem como finalidade assessorar o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública na formulação e na condução da Política Nacional de Defesa do Consumidor, e, ainda, formular e propor recomendações aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor para adequação das políticas públicas de defesa do consumidor.
3. As atribuições do CNDC também são muito mais amplas do que as que competiam à Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, veja-se:

Art. 2º Ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor compete:

I - propor aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor:

- a) medidas para a prestação adequada da defesa dos interesses e direitos do consumidor, da livre iniciativa e do aprimoramento e da harmonização das relações de consumo;

- b) adequação das políticas públicas de defesa do consumidor às práticas defendidas por organismos internacionais, tais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento;
  - c) medidas para coibir fraudes e abusos contra o consumidor;
  - d) aperfeiçoamento, consolidação e revogação de atos normativos relativos às relações de consumo; e
  - e) interpretações da legislação consumerista que garantam segurança jurídica e previsibilidade, destinadas a orientar, em caráter não vinculante, os diversos órgãos de defesa do consumidor em âmbito federal, estadual, distrital e municipal;
- II - promover programas de apoio aos consumidores menos favorecidos;
- III - propor medidas de educação do consumidor sobre seus direitos e suas obrigações decorrentes da legislação consumerista;
- IV - opinar:
- a) nos conflitos de competência decorrentes da instauração de mais de um processo administrativo por pessoas jurídicas de direito público distintas, para apuração de infração decorrente de fato imputado ao mesmo fornecedor, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997; e
  - b) nas medidas de avocação de processos administrativos em trâmite em mais de um Estado, que envolvam interesses difusos ou coletivos, de acordo com o disposto no art. 16 do Decreto nº 2.181, de 1997;
- V - requerer a qualquer órgão público a colaboração e a observância às normas que, direta ou indiretamente, promovam a livre iniciativa; e
- VI - sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de negociação, de mediação e de arbitragem para pequenos litígios referentes às relações de consumo ou para convenção coletiva de consumo.

4. O fato de o Decreto 10.417/20, que institui o CNDC, não ter contemplado todas as autoridades que tratam de assuntos de interesse do consumidor não implica que tais atores não serão espaço de discussão ou não serão instadas a se manifestar para participar das reuniões do Conselho, conforme dispõe o Artigo 7º do Decreto 10.417/20:

Art. 7º O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor poderá convidar autoridades, técnicos e representantes de órgãos públicos ou privados para prestar esclarecimentos, informações e participar de suas reuniões, sem direito a voto.

5. É importante destacar que órgãos como o INMETRO e a ANVISA compõem ainda a Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo, de Presidência desta Senacon, participando de ambiente de diálogo e endereçamento de temas relevantes para o consumidor.

6. Já em relação à Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, verifica-se que foi convidada para todas as reuniões do CNDC realizadas até agora, conforme se observa nos autos de n. 08012.001594/2020-09, bem como foi a ANVISA convidada a participar das reuniões do Conselho por diversas vezes.

7. A Senacon reafirma o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que o CNDC seja um espaço de diálogo interdisciplinar e democrático para defender os interesses do consumidor. Nesse sentido, ressaltamos a participação assídua de atores convidados pela Senacon para opinar no Conselho, como o Comissão de Valores Mobiliários e a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que muito contribuem com o enriquecimento dos diálogos desenvolvidos no âmbito do Conselho.

8. Permanecemos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

**MARIANA ZILIO DA SILVA**

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor-Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 27/07/2021, às 18:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15322896** e o código CRC **FD9126E2**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000703/2021-84

SEI nº 15322896